

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de maio 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA LUIZA LAUDANO *AD HOC*

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (61)

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Mensagem nº 4.876/2014, projeto de lei nº 20.839/2014 e projeto de lei nº 20.840/2014, todos do Poder Executivo.

Não há Pequeno Expediente.

Há sobre a Mesa um requerimento:

(Lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa. Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art.92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com objetivo de apreciar as seguintes matérias: Mensagem nº 4.876/2014, projeto de lei nº 20.839/2014, projeto de lei nº 20.840/2014, todos do Poder Executivo*”.

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PS/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr^a Presidente, por todo o tempo falará o nobre deputado Zé Raimundo, chefe de Vitória da Conquista e toda a região.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o grande amigo e competente deputado, Zé Raimundo, da região de Vitória da Conquista, pelo tempo de até 11 minutos

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr^a Presidente, nobres colegas, deputados e deputadas, imprensa, técnicos desta Casa, colaboradores dos gabinetes, quero reiterar nesta intervenção a nossa convicção no processo democrático que vem transformando este País, desde a Constituição de 88, após o fim da ditadura militar, mesmo com os governos pró-neoliberalismo no Brasil. Depois da assunção do presidente Lula, o Brasil vem se transformando em várias dimensões: na área do desenvolvimento econômico, na área social, nas políticas públicas e, de certa maneira, no processo de construção de um arcabouço jurídico e institucional que permite a democracia florescer e consolidar as conquistas sociais e políticas desses anos.

Naturalmente, são várias as facetas da dimensão desses avanços democráticos que tivemos nesses anos, mas, sem dúvida, precisamos aperfeiçoar as instituições políticas neste País. Nesta manhã, tivemos um exemplo desse processo democrático do debate e do diálogo das forças políticas e partidárias em torno das estruturas do Estado brasileiro, que foi, exatamente, o debate que houve na Comissão de Constituição e Justiça sobre o preenchimento de algumas duas vagas no TCE e uma vaga no TCM. Essa reflexão que realizamos, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça revela, por um lado, um grande esforço dos partidos e das lideranças de afirmar esses avanços.

Hoje, por exemplo, tivemos a oportunidade de entrevistar, de sabatinar quatro candidatos a essas vagas, duas para o TCE e uma para o TCM, e a Comissão admitiu a constitucionalidade dos quatro pleitos apresentados. Nós, deputados, discorreremos também sobre alguns aspectos técnicos e políticos sobre a procedência da iniciativa das indicações.

Queremos deixar muito claro que a indicação do companheiro Zezéu Ribeiro tem como base o seu leito natural, este Parlamento. Foram os deputados do Partido dos Trabalhadores com deputados de outros partidos que solicitaram e requereram a indicação do companheiro Zezéu Ribeiro. Da mesma forma o deputado João Bonfim

teve a sua pré-indicação nascida na vontade dos deputados desta Casa. O mesmo ocorreu com o deputado Gaban, que também teve a manifestação dos nossos deputados.

Evidentemente a única indicação que competia ao governo do Estado veio do governador Jaques Wagner. Então o debate que se trava aqui é em relação à legitimidade, que afirmamos procedente, de esta Casa apresentar e votar uma lista oriunda dela própria. O nome do companheiro deputado Zezéu Ribeiro nasce da iniciativa e da soberania dos deputados estaduais.

Sr^a Presidente, gostaria de dizer que foi uma excelente reunião de trabalho. Tive o privilégio e a honra de relatar dois pareceres: o do companheiro Zezéu Ribeiro e o do nobre deputado Gaban. Ambos merecedores pelos critérios da legalidade e da constitucionalidade, no aspecto do Direito Positivo, e também das dimensões subjetivas de conduta, experiência e informação. Por isso, estamos tranquilos quanto aos nossos pareceres. Tenho certeza de que o debate se fará nesta Assembleia.

Com o aparte o nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Zé Raimundo, gostaria de agradecer a forma carinhosa e extremamente democrática como V.Ex^a fez o relato. Inclusive o da minha pré-inscrição, digamos assim, para uma das vagas do TCE.

Acho que quem ganha com uma sessão como a que foi realizada hoje na Comissão de Constituição e Justiça é efetivamente o Poder Legislativo, que mostra um debate franco e aberto no qual todos tiveram oportunidade de se manifestar. E também, repito, a maneira extremamente gentil e carinhosa como V.Ex^a fez o relato com relação à minha pessoa e igualmente ao prezado deputado Zezéu Ribeiro.

Muito obrigado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Agradeço e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Considero ainda, Sr^a Presidente, que uma certa visão que entremeia o ambiente da mídia de que deputados estão assumindo postos em alguns tribunais, como no TCE, aparentemente teria uma ilegitimidade. É bom lembrar que no mundo inteiro, ao longo da história das instituições jurídicas, a composição de tribunais em todos os países, em todas as regiões e em todas as culturas sempre obedeceu a uma certa dimensão da vida pública e da vida social. Não há nenhuma outra figura que tenha uma trajetória tão enraizada na vida pública quanto o próprio parlamentar. Isso porque de quatro em quatro anos os parlamentares são legitimados pelo voto popular, pela consulta popular.

E quanto aos aspectos técnicos? Ora, fui relator de dois pareceres acerca das contas do Tribunal de Contas dos Municípios e serei relator das contas do TCE agora

em 2014. Eu tive a oportunidade de revelar a composição e a estrutura desses tribunais. São centenas de funcionários, centenas de técnicos, centenas de especialistas. O juízo é formado não de forma isolada, solitária do julgador, do conselheiro, mas sim a partir de inúmeros relatórios e inúmeras auditorias, bem como pelas trajetórias das pessoas que ocupam esses cargos. Portanto, esse juízo é formado com uma base empírica e moral fundamentada na Legislação e, evidentemente, com a base da dimensão subjetiva, que é o ato de julgar. Não há nenhum julgador que não tenha dimensão subjetiva. Essa dimensão subjetiva, em vez de desqualificar - pelo contrário -, qualifica a vida pública. Não há, acredito, em outros estratos da sociedade dos quais possa sair um juiz de Tribunal, do TCE ou TCM personalidades mais qualificadas do que os parlamentares. Mas isso não quer dizer que outros segmentos sociais não possam estar representados em outras estruturas do Estado. Aliás, estão.

Por essa razão, é muito importante que a população tenha essa capacidade de refletir e avaliar, porque infelizmente há uma espécie de guerra verbal discursiva para reduzir a política a determinadas práticas inconvenientes. Só que a única condição da vida em sociedade é a vida através da coletividade, e a coletividade precisa de estrutura de poder e de hierarquias para que se faça a sociabilidade humana. E nós deputados, vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, deputados federais e estaduais, nós que ocupamos cargos públicos de dirigentes cumprimos este papel civilizador e civilizatório de organizar a vida das pessoas - o Estado - para que a vontade geral, a vontade da população seja carregada para fins úteis, para fins humanos.

Nesse sentido é muito salutar e importante essa reflexão sobre a função pública. É claro também que o Estado brasileiro carece de mais transformações. Na vida política os nossos partidos precisam aprofundar reformas para tornar o Estado menos controlado por diversos interesses transitórios e, muitas vezes, até privatizados pelos interesses econômicos e escusos. O nosso Estado ainda é herdeiro de tradições seculares como o clientelismo e o controle do poder econômico. Então só uma reforma como a que a presidenta Dilma propôs, uma Constituinte, para reformar os partidos, a legislação eleitoral e dar sustância -digamos assim, no jargão popular - à democracia brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, tenho convicção de que o episódio de hoje e a eleição desses conselheiros vai reforçar a necessidade de pensarmos cada vez mais em instituições democráticas, legítimas, soberanas e capazes de cumprir o grande desiderato social: a felicidade das pessoas.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre

Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Não há orador.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará por todo o tempo o nobre deputado que vos fala, deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Minha querida presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, visitantes, imprensa, hoje de manhã participamos daquela sessão extremamente emocionante na qual estávamos compreendendo e verificando o passado e a história de quatro parlamentares que contribuíram e contribuem muito para a construção da democracia aqui em nosso Estado.

Independentemente das nossas diferenças de pensamento, vi nos deputados Zezéu Ribeiro, João Bonfim, Gaban e Mário Negromonte pessoas que ao longo da sua história vieram para a política com o único objetivo de servir à sociedade.

Vi o depoimento do deputado Zezéu Ribeiro, que me deixou extremamente empolgado. Por mais que eu tenha uma relação de amizade com ele, quero dizer que iniciou a sua militância em 1964 e, cinquenta anos depois, está ali conversando com todos nós e se colocando à disposição para cumprir uma nova etapa política na sua vida, já de grandes contribuições para a sociedade brasileira e baiana.

Minha presidenta, o deputado Carlos Geilson falou sobre a pesquisa do IBOPE e perguntou inclusive se questionávamos também a presença da presidenta Dilma, os índices dela. Ora, é lógico que não faço nenhum questionamento sobre os números. Primeiro, quando o governador Jaques Wagner estava já na reta final em 2006, este mesmo instituto de pesquisa dizia que o ex-governador Paulo Souto ganharia as eleições no Primeiro Turno. E lhe dava 44% nas intenções de voto. Mas, no final da tarde daquele dia, o mesmo IBOPE teve de assumir publicamente que errou na pesquisa com relação à Bahia. Então, é um instituto que tem um histórico de errar em algumas pesquisas de opinião aqui neste Estado. Porém, ainda que não cometesse qualquer erro, eu queria dizer, deputado Adolfo Viana, que a pesquisa de opinião é um recorte, uma pesquisa que pode ser feita a partir do desenvolvimento de uma determinada metodologia, o que pode levar para um caminho ou outro.

Nesse mesmo período, há um ano e meio, o IBOPE fez uma pesquisa em Recife na disputa pela Prefeitura. O meu candidato lá, Humberto Costa, estava à frente das pesquisas e ganhava no Primeiro Turno. O candidato do PSB é que estava com apenas 4%. No entanto, hoje, o meu querido Humberto continua senador,

enquanto aquele adversário que tinha somente 4% das intenções de voto é o prefeito. Então, entendo que esta pesquisa de agora tem alguns equívocos, porque pesquisas têm de analisar o momento da política, são um recorte, mas também precisam apresentar perspectiva. E aí eu conheço, porque é a minha formação.

A eleição é nacionalizada e estará vinculada à da Presidência da República e à dos governadores dos Estados. É lógico que elatem uma vinculação. E se a mesma pesquisa aqui da Bahia que a Oposição hoje comemora diz que Dilma tem 50% das intenções de voto e que 70% dos eleitores da presidenta votam no candidato dela ao governo deste Estado, há nos números pesquisados algum erro de interpretação. Portanto, erro desta pesquisa

Quero, meu querido Marcelino Galo, ainda dizer, porque também foi utilizada pelo deputado Carlos Geilson a matéria do *Fantástico* que falava dos hospitais. Ora, se é da *Globo*, aí, meu amigo, não tenha dúvida, porque a *Globo* tem tomado e tomou a posição, o tempo inteiro, de fazer oposição ao governo coordenado pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil.

A *Globo* fez oposição durante os 8 anos do presidente Lula, apesar de ser ingrato porque Lula, como presidente, ajudou a salvar a *Globo* que iria vender parte das suas ações para uma empresa multinacional. O presidente Lula, entendendo ser uma empresa nacional, pediu para que as empresas estatais e de economia mista ajudassem a manter aquele empreendimento de comunicação. Mas, ainda assim, é uma raiva que a *Rede Globo* tem do povo pobre. E como este é um governo vinculado ao povo pobre deste Brasil, então, a *Rede Globo*, o tempo inteiro, só sabe fazer crítica negativa ao nosso governo.

Diferentemente, essa mesma *Globo* era porta-voz do governo dos militares. Deputado Sargento Isidório, naquele período, quando a gasolina ou o bujão de gás iria aumentar – pois, àquela época, tais produtos eram tabelados pelo governo federal –, quem anunciava não era o ministro de Minas e Energia, mas, sim, quem anunciava era a *Rede Globo de Televisão*, empresa vinculada aos interesses mais mesquinhos da elite brasileira e que nunca teve um olhar mais apurado para o povo mais pobre do nosso País.

Quero dizer, meu querido deputado Marcelino Galo, que, desta tribuna, eu mando um recado para a nossa presidenta Dilma. Se é para ela manter essa relação com a *Rede Globo de Televisão*, vou ter de conversar com ela sobre a minha posição, porque, aqui, eu aprovei o Título de Cidadã Baiana para a presidenta Dilma. Mas quero conversar com ela sobre a *Rede Globo de Televisão*.

Não dá para o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras, Eletrobras, enfim, todas essas empresas do governo anunciar suas propagandas na *Rede Globo* para a mesma *Rede Globo* ser o porta-voz de Aécio Neves que faz

oposição, em disputa política, nos meios de comunicação. Então, alguma coisa está errada!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Com o aparte, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Rosemberg Pinto, o deputado Álvaro Gomes, hoje, fez um pronunciamento dizendo que a *Rede Globo* estava privilegiando o pré-candidato Aécio Neves. Eu, particularmente, não vi, em momento algum, isso acontecer.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Não?

O Sr. Adolfo Viana:- Não, não vi isso acontecer. E o que me causa estranheza é V.Ex^a dizer que já que a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras anunciam na *Rede Globo* e ela deveria estar fazendo...

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Não, não, não. Não estou dizendo isso. Estou dizendo o seguinte e eu conheço, pois é a minha praia. Empresa bota propaganda em meio de comunicação. E se a empresa anunciadora da propaganda falar mal da empresa contratada, a empresa contratada retira as suas propagandas no outro dia.

O Sr. Adolfo Viana:- Me conceda um aparte, deputado?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Eu concedo o aparte.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu acho que esta é uma forma equivocada de V.Ex^a analisar essa situação.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Maneira equivocada?

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado, conceda-me o aparte.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Está concedido.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a diz que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras anunciam na *Rede Globo*. Então, a *Rede Globo* deveria falar bem do governo.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Não, não, não. Eu não disse isso.

O Sr. Adolfo Viana:- Então, eu não entendi.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Eu disse que a imprensa não é para falar bem de governo. Agora, não é para falar mal deliberadamente.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado, veja bem...

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Não. A *Rede Globo de Televisão* é a...

Não existe oposição no Brasil! Digo isso com todo respeito ao seu partido, o PSDB, do governo Aécio Neves. Quem faz a oposição não é Aécio Neves. Aécio Neves repete o que a *Rede Globo de Televisão* fala todos os dias. Na realidade, Aécio é subordinado à *Globo* do ponto de vista dos interesses da política.

Com todo respeito, meu querido deputado Adolfo Viana. Mas é esta política que enfrentamos aqui.

Eu quero dizer, aqui, o seguinte. Vejam, eu fui dirigente de empresa. E, como tal, quero dar um exemplo. Uma empresa coloca propaganda em uma página de jornal. Não dá para colocar uma propaganda em uma página e na outra página... Imaginem, em um jornal, a empresa *Ricardo Eletro* faz propaganda e, no mesmo jornal, há outra propaganda contra a *Ricardo Eletro*.

Meu amigo, isso é incompreensível! Não estou pedindo nem para falar mal nem para falar bem.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a está analisando de maneira equivocada.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Não. Eu não estou pedindo para falar bem. O que eu estou pedindo é a imparcialidade da *Rede Globo de Televisão*. É isso o que estou pedindo: imparcialidade. No entanto, essa empresa de comunicação é uma instituição parcial e com interesse político definido. Todos os dias, na novela das 19h, está lá o número 45 colocado. Agora, há o outro exemplo da revista *Veja* que faz a campanha dos 45 anos de sua existência. E, lá, está para fazer a sua propaganda para o seu candidato Aécio Neves.

Ou seja, nós estamos com as empresas concessionárias de comunicação fazendo campanha para um determinado candidato.

Conversarei com a presidenta Dilma para saber de que lado ela está.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luíza Laudano):- Pela ordem, o Sr. Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Formularei a minha questão de ordem. Mas, antes, quero continuar com a minha linha de raciocínio.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luíza Laudano):- Deputado, agora, V.Ex^a pode usar a palavra pelo horário da Minoria.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputada, eu estou fazendo a minha questão de ordem se a senhora me permitir.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luíza Laudano):- Formule a sua questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu vou formular a minha questão de ordem no tempo decorrido para eu formular a minha questão de ordem.

Eu gostaria de discordar do nosso deputado Rosemberg Pinto quando ele diz que a *Rede Globo* privilegia o presidenciável Aécio Neves. Isso não existe. Isso é uma criação do deputado Rosemberg Pinto. Causa estranheza o fato de o deputado Rosemberg Pinto dizer que irá procurar a presidenta Dilma Rousseff para pedir que a mesma retire suas propagandas.

(Vários deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. Adolfo Viana:- Isso me causa muita estranheza, porque eles, agora, querem controlar a *Rede Globo*! A imprensa é livre. Quando a imprensa entender que o PT vem prestando um bom serviço, a imprensa irá elogiar. Quando entender o contrário, a imprensa dará as pancadas necessárias para apresentar, para a população, o que realmente acontece.

É inacreditável um deputado subir à tribuna para dizer que pedirá ao governo federal para parar de anunciar em uma televisão, porque, de alguma maneira, ele entende estar privilegiando o presidenciável Aécio Neves. Respeito muito o deputado Rosemberg Pinto como um grande parlamentar, mas sou obrigado a discordar dele.

Agora, sim, formularei a minha questão de ordem.

Gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luíza Laudano):- V.Ex^a, deputado Adolfo Viana, será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luíza Laudano):- Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Minha querida presidenta, atendendo ao pedido do nosso querido deputado Adolfo Viana que ficou um pouco bravo porque eu falei do PSDB dele, mas, na realidade, eu falei da *Rede Globo*. Não falei nem do PSDB. Falei que a *Rede Globo* privilegia o PSDB. Não tenho nada contra que ela faça isso, pois é uma opção dela.

O que eu disse foi que a *Rede Globo de Televisão* não pode mentir. Quem assistiu, ontem, ao jornal das 23 horas, o apresentador abriu o jornal dizendo o seguinte: “Olha, está, agora, acabando de tomar posse o representante da Seleção Brasileira...” Referia-se a um cara que já foi técnico da seleção, não sei se é o auxiliar técnico agora, um cara desses da ditadura. Pois bem, na sua declaração ele diz mais ou menos isso: “Ninguém é contra a seleção; é contra a Copa das obras inacabadas, de não sei o quê, tal, tal”. Ele já abre dessa maneira.

Ora, meu Deus, é o dia inteiro. A *Rede Globo de Televisão* é a mais beneficiada com a Copa hoje aqui no Brasil e fazendo campanha contra. Agora, imagine o deputado Paulo Azi torcendo para a Alemanha, porque acha que se a Seleção Brasileira ganhar Dilma vai perder a eleição. Que absurdo! Deputado Paulo Azi, vamos torcer para o Brasil, o Brasil será campeão, e o debate da política não pode estar dentro dessa questão de torcer para a seleção.

Eu, lá atrás, quando se discutia sobre a Copa, diferentemente da maioria, porque 98% queriam a Copa aqui, eu achava que não deveria. Depois que se decidiu

que a Copa seria aqui, agora, meu amigo, quero é que dê certo e que a Copa do Mundo seja um sucesso, que o povo brasileiro se divirta, porque merece, e que vá torcer para a seleção.

Agora, deputado Paulo Azi fazer campanha pela Alemanha, pelo amor de Deus! Sou brasileiro, independentemente das nossas divergências políticas, mas a Alemanha quero que ela volte para lá e deixe aqui nós torcermos pelo campeonato e ganharmos as eleições. Até a deputada Maria Del Carmen que veio da Espanha para cá vai torcer para o Brasil. E tem um bocado de gente querendo torcer para a Alemanha! Pelo amor de Deus!

Nobre presidenta, tirando isso que sei que é um momento da Oposição de tentar achar que isso vai ganhar a população, a população não vai votar por isso, a população vai torcer para o Brasil, a *Rede Globo* vai ficar triste porque a Seleção Brasileira vai ganhar, como Dilma vai ganhar, como Rui vai ganhar aqui. Mas o que eu queria mesmo era pedir a V.Ex^a que convocasse todos os deputados e deputadas, trouxesse todos para aqui, deputado Sidelvan, para que atendesse o pedido do nobre deputado, meu querido amigo Adolfo Viana, que pediu quórum, ficou chateado porque falei da *Rede Globo* de Televisão, mas pedir que todos os deputados e deputadas venham aqui e deem presença para continuidade da sessão. Faça soar as campainhas, chame os deputados e deputadas para virem para o plenário e marque o tempo regimental para que possamos dar continuidade à presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Adolfo Viana e endossado pelo deputado Rosemberg Pinto. Solicito aos Srs. Deputados e às Sr^{as} Deputadas que se encontram na sala do cafezinho, nos seus gabinetes, nos corredores desta Casa que adentrem o plenário porque há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Solicito ao técnico que zere o painel e marque os 15 minutos.

O deputado Paulo Azi pediu questão de ordem?

O Sr. Paulo Azi:- Daqui a pouco.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr^a Presidenta deputada Maria Luiza Laudano das terras de Pojuca e que tão bem dirige esta sessão nesta tarde, eu queria, enquanto os nossos deputados estão chegando, e espero que sejam breves...

Srs. Deputados e deputadas que estão sentados na sala do cafezinho, no saguão, sejam breves nos seus passos para adentrarem o plenário e marcarem suas presenças. Os senhores que estão nos seus gabinetes ou nas secretárias, nos cargos que ocupam

nesta Casa, sejam o mais rápido possível para darmos continuidade à presente sessão. Já temos dez, faltam apenas 11. Enquanto isso, eu queria registrar, deputada Laudano, os meus parabéns para a prefeita Gracinha, do município de Araças, pelo evento de domingo, que foi maravilhoso: uma cavalgada, a cultura do litoral mas também do sertão, que reuniu mais de cinco mil pessoas de vários grupos, tanto de Pojuca, quanto de Alagoinhas, de Entre Rios, de Inhambupe, daquele território ali da redondeza. Muitos tinham os encourados de Pedrão, todos com o seu uniforme de vaqueiro. Tudo muito bonito naquela tarde festiva. Pela noite, a juventude se aproximou da festa com muita alegria, muita “badalação” com os cantores, com as bandas que se apresentaram. Por último, deixei tocando um grupo chamado “Arreio de Ouro”, e lá ficaram até o dia amanhecer.

Então, eu queria parabenizar a prefeita, seus secretários, os vereadores, os amigos que nos aplaudiram. Também estive lá o deputado Josias Gomes, só faltando a deputada Laudano, mas na próxima eu sei que ela irá, porque ô terra que gosta de festa é aquele povo!

Recentemente teve a festa de emancipação política e eu já vi lá rodando o convite para o São João. Portanto, serão três dias de festa lá no nosso São João.

Deputados, faltam apenas dois para completar o quórum e continuarmos a nossa sessão. O deputado Álvaro Gomes já chamou... V.Ex^a, que é Líder do seu partido, já convidou todos para chegarem até aqui. Nosso Líder Rosemberg Pinto também está ali ao telefone convidando seus pares do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores. Falta apenas um deputado.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputada Fátima Nunes, um momento.

Deputado Adolfo Viana, por gentileza, V.Ex^a que pediu verificação de quórum, registre a sua presença.

Como já há número legal para continuidade da presente sessão, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr^a Presidente, falarão os deputados Paulo Azi, por 5 minutos, e o deputado Leur Lomanto Junior pelo resto do tempo.

A Sr. PRESIDENTE (Maria Luíza Laudano):- Com a palavra o deputado Paulo Azi por 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr^a Presidente, Srs e Sr^{as} Parlamentares, esta Casa só se reúne ultimamente para aprovar empréstimos para o governo. É inacreditável, o governo, durante sete anos, sobrevive única e exclusivamente de operações de crédito, endividando o Estado e preparando, aí, sim, uma herança maldita.

Deputado Adolfo Viana, eu até perdi a conta e pedir à minha assessoria que

atualize os números. Pelo que me recordo, olhem que estamos no mês de maio, só neste ano esta Casa já aprovou autorização de operação de crédito da ordem de 600 milhões de dólares. Mais de um bilhão e meio de reais foi autorizado por esta Casa Legislativa para este governo contrair. Hoje, mais uma vez, estamos aqui reunidos para darmos mais um cheque em branco a esse governo. Um governo que não se conserta, não se emenda, aliás, um governo que já está em seu ocaso e seria até pedir demais, seria pedir muito, mas verdadeiramente, senhoras e senhores, o que sentimos é que o governo está ao Deus dará, que está navegando conforme o sabor dos ventos, a ondulação das ondas, sem nenhum rumo, sem nenhum objetivo. E o governo não consegue equilibrar as suas contas e administra um buraco de mais de dois bilhões de reais e que consegue, através desses empréstimos, rolar sistematicamente esse rombo. Mas ele sabe que no final do ano ele vai ter que ajustar as suas contas.

E eu, sinceramente, não consigo enxergar como esse governo perdulário, gastador, que não se preocupa em cortar os desperdícios vai, efetivamente, se equilibrar. Vejam, Srs. e Sras. Parlamentares, além dos empréstimos já aprovados nesta Casa durante este ano, já se somam recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Este governo, também, deputado Sidelvan, já se apossou de recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, ou seja, recursos dos *royalties* do petróleo que ele desviou para cobrir o déficit das suas contas.

Portanto, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, é chover no molhado!

Aqui, durante esses 7 anos, constantemente, cobrávamos do governo quando ele encaminhava a esta Casa um pedido de operação de crédito. Sempre cobrávamos, pelo menos, que nos fosse, deputado Adolfo Viana, informado qual seria a sua destinação ou qual seria a aplicação desses recursos.

Eis um exemplo. Agora, fala-se que se quer um empréstimo para as estradas. Para onde? Quais as estradas? Isso, não nos informam. Olhe que esta Casa tem, como atribuição maior, fiscalizar os atos do Poder Executivo, acompanhar a execução orçamentária, apontar desvios. Não sei se, por isso, o governo prefere omitir as informações. E olhe que este é o governo, segundo sua propaganda, transparente e republicano.

Sinceramente, é lamentável. Nós já estamos, aí, nos aproximando do final deste período legislativo. Não temos tido a oportunidade de realizar, nesta Casa, um debate maduro e consequente.

Operação de crédito neste governo tem de ser feito aqui na surdina. Manda-se o projeto. Na semana seguinte, aprova-se a urgência urgentíssima. Na semana posterior, vota-se, favoravelmente, o projeto.

Assim, as comissões desta Casa são atropeladas. O secretário de Estado não se dá ao prazer de vir a esta Casa para explicar e trazer informações. E quero, até,

isentar o secretário, porque os próprios deputados se omitem, uma vez que não convocam e não convidam os secretários do Estado.

E nós vamos, aqui, seguindo para o final de um período legislativo que, confesso, será marcado pela completa e total subserviência deste Poder em relação às ordens do Poder Judiciário.

Deputado Adolfo Viana, chega, agora, ao plenário, a nobre deputada Luiza Maia. Será que a deputada Luiza Maia sabe o que vamos votar daqui a 5 minutos? A senhora, deputada Luiza Maia, sabe o que vai votar? Não sabe, deputado Adolfo Viana.

A Sr^a Luiza Maia:- Sei sim, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Ela não sabe nem o que vai votar. Veja, V.Ex^a, não sabe nem o que vai votar. Chega aqui para dizer sim ou para dizer não.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO AZI:- Com o aparte o deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Nobre deputado Paulo Azi, V.Ex^a fala com muita propriedade desta tribuna que nós deveríamos, aqui, fiscalizar o Poder Executivo. E gostaríamos, aqui, de que eles dessem as explicações e as respostas que gostaríamos de ter como, por exemplo, para onde vai a aplicação desses recursos, pois são tantos os recursos já obtidos por este governo estadual através de empréstimos.

Hoje, tive a oportunidade de observar, desta mesma tribuna que V.Ex^a ocupa, que os deputados não querem fiscalizar o governo do Estado. Eles querem fiscalizar o que diz a *Rede Globo*.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Eles, agora, querem fiscalizar o que diz a *Rede Globo*. Quer dizer, quando a *Rede Globo* apresenta uma matéria positiva para o governo, ela é a melhor emissora do planeta terra. Quando manda uma matéria negativa, eles querem cassar as propagandas das empresas do Estado. Quer dizer, é uma verdadeira inversão de compromisso que tem a Base do governo desta Assembleia Legislativa.

O Sr. PAULO AZI:- Agradeço a V.Ex^a o seu aparte, deputado Adolfo.

E olhe V.Ex^a, deputado Adolfo, que, na matéria do *Fantástico* do último domingo, mais uma vez, as mazelas dos hospitais da Bahia foram levadas ao conhecimento nacional. Mas não apareceu o Hospital Geral de Camaçari. Bem, se o tal hospital aparecesse, deputado Adolfo Viana, aí, V.Ex^a veria o que é descalabro, o que é desrespeito com a população, principalmente, com a população mais pobre.

Quero dar o meu testemunho. Não sei por que isso acontece. A deputada Luiza Maia é atuante e vibrante, tem feito um belo mandato e se esquece do Hospital Geral de Camaçari.

A Sr^a Luiza Maia:- Esqueço não.

O Sr. PAULO AZI:- Deputada Luiza Maia, aquilo é uma vergonha! Eu vou convidar V.Ex^a a me acompanhar a uma visita àquele hospital.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado, por gentileza.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir.

V.Ex^a, deputada Luiza Maia, deve ter, pelo menos, 4 anos que não anda naquele hospital. Aquilo é uma vergonha! Aquilo é uma humilhação para a população de Camaçari! Não se pode admitir isso. V.Ex^a é uma deputada eleita pelo voto daquele povo e não pode ficar...

(A Sr^a Luiza Maia manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. PAULO AZI:- Estou, aqui, elogiando a deputada Luiza Maia e o mandato dela. Agora, ela, realmente, precisa reagir, deputada Fátima. Se V.Ex^a, deputada Fátima Nunes, conhecer a realidade de como se encontra, hoje, o Hospital Geral de Camaçari, V.Ex^a vai ficar indignada como eu estou. Um absurdo!

Então, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, quero concluir trazendo aqui mais esta solicitação de empréstimo que tramita nesta Casa. Nós estamos atingindo uma bilionária marca! Deputado Carlos Ubaldino, V.Ex^a é um lutador daqueles pobres sofrendores homens do sertão, principalmente da sua querida Olindina. Então, V.Ex^a, deputado Carlos Ubaldino, sabe que este governo já contraiu dívidas e já recebeu várias autorizações desta Casa para tomar empréstimos da ordem de R\$ 15,655 bilhões! E a sua querida Olindina, deputado Ubaldino, continua daquele jeito.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado, por gentileza.

O Sr. PAULO AZI:- Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o Líder da Maioria ou o Líder do Bloco PSC/PV/PR/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, por todo o tempo, falará o nobre deputado Fabrício.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Fabrício pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Boa-noite a todos e a todas..

Primeiro quero dizer que tenho três temas para falar no dia de hoje. No primeiro tema quero dizer que quando o nobre colega fala do endividamento dos estados brasileiros ele devia pegar as contas e fazer um relacionamento do quanto deve o governo do Estado da Bahia.

Hoje, estamos aqui tomando mais um empréstimo para investimento no Estado

da Bahia, e isso é característico de um governo que tem o nome limpo, de um governo que toma recursos para poder trabalhar com melhorias no Estado da Bahia. Nunca se construiu tanto nesse Estado.

O Sr. Leur Lomanto: Onde?

O Sr. Adolfo Viana:- Onde?

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Onde, deputados? Mais de 8 mil quilômetros de estradas, água onde não pode. Só para terem uma ideia, nós estamos com mais de 1 bilhão de investimentos em Vitória da Conquista, só este ano: Adutora do Rio Catolé, 40 milhões; 240 milhões só para construção de uma barragem; 140 milhões para tratamento de água e esgoto e a estação de tratamento de água mais moderna do Brasil.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Deputado, é porque o meu tempo está curto.

Então, o que eu quero falar é com relação a uma matéria que saiu no jornal *Folha de São Paulo* que na semana passada fala: “ *Dívidas e salários pressionam caixas dos governadores dos Estados do Brasil*”. Aí ele mostra que o endividamento total do Estado brasileiro de 2010 a 2013 teve um aumento de até 183%, mostrando os Estados brasileiros que mais devem e os Estados brasileiros que menos devem. Aí você pega aqui os Estados mais endividados do Brasil. Em primeiro lugar o Rio Grande do Sul, 208 bilhões, que é, realmente, um Estado governado pelo Partido dos Trabalhadores; Minas Gerais, Partido governado, há mais de 20 anos, pelo PSDB, aumentou a dívida em 183%; o 3º Estado mais endividado do Brasil, Rio de Janeiro, do PMDB, Partido do nobre colega Leur Lomanto; Alagoas, aumentou a dívida em 146% com relação ao PIB; e o Estado de São Paulo, também governado pelo PSDB, que teve o aumento de seus gastos com dívidas e empréstimos de 141% sobre o seu PIB.

Ou seja, dos cinco Estados que mais devem no Brasil e que mais gastaram a Bahia, do governador Jaques Wagner, não configura como tal.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Deixe eu terminar, deputado, vou lhe conceder o aparte daqui a pouco.

Os 11 Estados que têm gastos com pessoal acima de 46,57% da receita, que é o limite legal, que obriga os Estados a fazerem ajustes para os governadores não cometerem crime de Responsabilidade Fiscal. Aí temos : Paraná, Santa Catarina, Roraima, Pará, Rondônia, Piauí, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro. Não consta o Estado da Bahia entre os Estados que têm maior gasto com pessoal.

Ou seja, matéria publicada pela *Folha de São Paulo* mostrando quem são os

governadores mais gastões que têm mais gastos com pessoal, que mais devem, e a Bahia não figura. Mostra que apesar de tantos empréstimos que o nosso governador toma, isso aí é uma prática de uma coisa que eu falo que é o grande problema dos Estados e dos municípios brasileiros, que é a baixa arrecadação fiscal e o volume monstruoso de dinheiro que fica em Brasília.

É necessário, estamos aqui fazendo um debate de cão e gato, de gato e rato sobre o governo que deve, o governo que não deve e eu provo aqui com matérias, com jornal, com fatos que o nosso governo não é dos mais gastadores da União, mas o que precisamos é garantir um repactuação dos tributos federais para que os Estados tenham mais dinheiro, para que os municípios brasileiros, que são 5.700 municípios, possam ter mais dinheiro. O grande problema que existe hoje na Nação é que fica a totalidade dos recursos em Brasília e os Estados e municípios com pouco dinheiro.

Mas, aqui, deputado Paulo Azi, amigo querido, eu provo aqui e mostro que o nosso governo do Estado da Bahia não está nesse rol.

Mas, o segundo fato que eu quero falar no dia de hoje é sobre uma sessão especial que realizamos ontem, a Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, o meu mandato como deputado estadual ali sediado em Conquista, uma sessão especial para debater a revitalização do comércio de Vitória da Conquista, mais especificamente o centro comercial.

Como é de conhecimento geral, no século XXI, o comércio tem sofrido transformações. O advento da construção de inúmeros shopping centers tem modificado a cara do comércio. As pessoas preferem consumir em centros de compras mais estruturados, com ar-condicionado, segurança, estacionamento e toda a infraestrutura. Não que eu seja contrário aos shopping centers, que geram emprego e são grandes empreendimentos de consumo, mas vamos garantir que o comércio tradicional, os centros comerciais antigos, seja em Salvador, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, especificamente em Vitória da Conquista, que possam ser estruturados, ter o olhar do Estado para garantir que o comércio tenha recursos que amparem a sua qualificação.

As pessoas se afastam dos centros comerciais antigos, por conta da violência, da falta de vagas em estacionamento, da infraestrutura ruim, do calçamento deficiente, sem estrutura de acesso para os que precisam e dependem de um centro comercial.

Fizemos o debate com urbanistas e arquitetos para discutir a questão da arrumação da cidade no século XXI. Somos brasileiros, baianos, mas vivemos nos municípios. É no município que colocamos o pé. É no município que está a vida do cidadão. Precisamos garantir a cada dia um reequilíbrio das relações das cidades, com

mais organização e estruturação, com Planos Diretores Urbanos que tragam melhores condições de vida para suas populações.

Vitória da Conquista agora está refazendo o seu Plano Diretor Urbano de forma a adequar a cidade para o momento atual. É uma das cidades que mais crescem no País. Estudos mostram que Vitória da Conquista sozinha consome mais cimento, ferro, concreto, brita e areia que os municípios de Ilhéus e Itabuna. É uma cidade pujante, que consome e vende muitos veículos e precisa ter um novo olhar.

Fizemos ali um grande debate público com a sociedade, a indústria e o comércio, buscando discutir o que queremos do espaço da cidade. Naquele momento discutimos o centro comercial antigo de forma a dar mais condição e qualidade para os que vendem. O comércio é um dos setores da sociedade que mais emprega, que mais gera arrecadação para o Estado Brasileiro. O comércio, hoje, representa mais de 13% do PIB brasileiro. E se colocarmos o setor de serviços junto chega a 70% da economia brasileira.

Sob esse aspecto, temos que discutir a valorização dos centros comerciais e o planejamento urbano. Esperamos que o Ministério das Cidades e a Sedur, aqui na Bahia, possam viabilizar um plano de recursos que possa reestruturar os centros comerciais. Vitória da Conquista é a sede de uma região onde circulam mais de 2 milhões de habitantes, é uma metrópole daquela região da Serra Geral, do Planalto da Conquista. E aquela sessão de ontem discutiu um plano de melhoria e revitalização do centro comercial da cidade. É o que hoje está sendo feito em São Paulo, o governo municipal está debatendo isso, é uma forma de darmos vida ao início das cidades para termos vida cotidiana e florescer o comércio e a vida das pessoas que moram no entorno.

Por último, queria aqui, antes de passar a palavra ao deputado Adolfo Viana, grande amigo e colega, dizer que no dia 02 de junho estaremos em Vitória da Conquista, numa importante sessão especial solicitada pelo Padre Maurício, reitor da Universidade Católica da Bahia, para discutirmos o setor produtivo da cidade. Discutiremos com a sociedade civil organizada, com o setor produtivo da cidade, a implantação da Universidade Católica em Vitória da Conquista. Serão diversos cursos, só que o novo reitor, o Padre Maurício não quer chegar lá e impor os cursos. Ele quer fazer um debate na Câmara de Vereadores para que a sociedade demande os tipos de curso de graduação e os tipos de curso de especialização que serão implementados em Vitória da Conquista.

No dia 02 teremos um grande debate. E convido os deputados desta Casa que se façam presentes.

Quero passar a palavra ao nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana: - Meu amigo, deputado Fabrício Falcão, quero agradecer

pelo aparte.

V.Ex^a fez um comparativo desta tribuna entre o governo do Estado da Bahia e o governo do senador Aécio Neves, em Minas Gerais.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- O governo dele está entre os mais endividados do Brasil.

O Sr. Adolfo Viana:- O nosso senador Aécio Neves fez um governo tão brilhante em Minas Gerais que o credenciou a disputar a presidência da República. E olhe que ele vem subindo nas pesquisas como um foguete, e ainda dá tempo de subir muito mais.

Em relação ao endividamento, o governo do Estado da Bahia já endividou o nosso Estado em mais de R\$15 bilhões. E, hoje, mais alguns milhões de reais estão sendo pedidos por parte do governo do Estado. O deputado Paulo Azi, que antecedeu V.Ex^a nessa tribuna, questionou se os parlamentares da Base do governo saberiam onde seriam aplicados esses recursos. Gostaríamos de saber onde serão aplicados esses recursos que o governo, mais uma vez, pede como empréstimo ao Banco Mundial. Foram R\$15 bilhões que não sabemos onde foram empregados. E a prova de que foi mal-empregado é que a pesquisa do Ibope, hoje, aponta o pré-candidato Paulo Souto com 42% das intenções de votos, a candidata do PSB com 11% e o candidato do governo com apenas 9%. É uma prova de que a população não reconhece onde foram aplicados esses R\$15 bilhões.

Quando fizer um comparativo entre o governo do senador Aécio Neves e o governo do PT no Estado da Bahia, V.Ex^a tem que se preocupar para não deixar o seu governo em maus lençóis.

Agradeço o aparte, V.Ex^a tem a minha admiração, mas, hoje, não foi muito feliz quando quis comparar o PSDB de Minas Gerais com o PT do Estado da Bahia. Muito obrigado.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Agradeço, meu grande amigo, deputado Adolfo.

Mas quero dizer que os números mostram que o estado de São Paulo e o estado de Minas Gerais estão entre os mais endividados, os que mais gastam com pessoal. E as pesquisas e os estudos mostram que as contas do governador Wagner estão redondinhas em 8 anos e plenamente aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Muito obrigado e boa-noite.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidenta, falará por todo o tempo o deputado Pastor Sargento Isidório.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^s Deputadas, Srs. da Imprensa, a Bíblia, que é o livro de todos os livros e de todas as religiões, no seu Salmo 134, diz: “Venham! Bendigam o Senhor todos vocês, servos do Senhor, vocês, que servem de noite na casa do Senhor. Levantem as mãos na direção do santuário e bendigam o Senhor! De Sião os abençoe o Senhor, que fez os céus e a terra!”

Sr^a Presidente, Srs. Deputados, uso esta tribuna para informar a todos, à sociedade baiana e a todos os companheiros profissionais de polícia que, por volta das 15 horas, juntamente com o mui digno deputado Capitão Tadeu, da Comissão de Direitos Humanos, visitamos a 17^a Vara da Justiça Federal e estivemos com S. Ex^a, o Dr. Roque, que nos atendeu de pronto após audiência. Levamos a ele a preocupação com o estado de segurança, com a pressão que estamos tendo por parte de todos os policiais, trabalhadores honestos do nosso Estado, que, lamentavelmente, têm o seu líder, o soldado Prisco, preso em Brasília até o momento como se fosse um marginal, um criminoso, quando sabemos muito bem que, embora a legislação, esdrúxula, não permite greve de policiais militares. Mas sabemos que não há outro instrumento de buscar sua dignidade, seus direitos. Inclusive, foi uma greve pacífica e ordeira.

Mostramos àquele juiz que não há por que manter um pai de família que tem filhos, esposa, que foi eleito o terceiro vereador mais votado da capital de Salvador, estabelecido nesta capital, não tem por que manter um homem daquele preso num presídio fora do nosso estado, na Papuda, com segurança máxima. Visitado na semana passada por mim e também pelo ilustre deputado Capitão Tadeu, mui digno deputado desta Casa, encontramos, lamentavelmente, o policial Prisco algemado numa daquelas salas do hospital do presídio como se fosse um marginal qualquer, como se ele tivesse cometido um delito, assalto, estupro, como se ele fosse um traficante, quando na verdade o que ele fez foi lutar pelos direitos de sua categoria a qual faço parte como policial militar e como sargento.

Tenho dito que deputado eu estou e policial militar eu sou, e jamais vou me silenciar com esse estado de coisa que fere a democracia, fere o nosso estado de republicanismo, da nossa Nação, juntamente com o deputado Capitão Tadeu e em nome da comissão de Direitos Humanos, da comissão de Segurança Pública nesta Casa, mostramos àquele juiz que o policial Prisco já teve determinado o seu retorno para a polícia militar pela justiça comum, depois pela maioria do Tribunal de Justiça e depois pelo Supremo que determinou o seu retorno ao quadro da Polícia Militar. E não sei por que a cúpula da segurança pública neste Estado não retornou o policial ao seu quadro, ensejando o que aconteceu, inesperado por todos nós, porque greve de

polícia, continuo dizendo, não é bom para ninguém. Nenhum policial de bem quer fazer greve, nenhum cidadão a deseja, mas o policial não é robô, tenho dito isso.

E, penalizar, deputado Bira Corôa, um policial militar por ter feito a mesma coisa que Lula sempre fez, que Dilma sempre fez, que o nosso governador sempre fez, a maioria dos políticos nesta Casa sempre fizeram movimento, manifestação. Prisco preso e algemado, isso depõe contra a democracia, isso depõe contra o sistema republicano. Até porque estamos às vésperas de uma Copa do Mundo e os policiais militares, civis, inclusive os policiais militares estão estressados com essa situação. Isso está uma panela de pressão. A prisão do soldado Prisco representa um barril de pólvora, porque embora tenhamos os policiais em presença física nas ruas, ele poderão ficar calados, silenciosos e sem agir na hora necessária. E aí não vai se poder alegar a greve.

Eu disse àquele juiz e ao Capitão Tadeu que o soldado Prisco não causa nenhum perigo a este Estado. Pelo contrário, a soltura do policial Prisco desestressará a tropa, fará uma ação de dignidade aos Poderes desta Nação.

A Presidência da República, o Supremo Tribunal Federal, a Justiça Federal, o Ministério Público, o governo do Estado precisam fazer ações no sentido de informar, fazer diligências que providenciem a soltura imediata do policial Prisco, porque ele, além de pai de família, de policial que luta pelos seus direitos – ele poderia estar fazendo segurança de traficantes, participando de assalto a banco –, que escolheu lutar em defesa de sua classe.

Não entendo qual a razão da manutenção da prisão de um homem que, além de tudo isso, é vereador desta capital. O sistema desta Nação está falindo. É uma pouca-vergonha a manutenção da prisão de um pai de família que não oferece risco algum.

Até concordo, em parte, falando juridicamente, se, porventura, o Ministério Público, no momento da ebulição, querendo acalmar os ânimos, ter solicitado e o Judiciário decretado a prisão imediata, provisória, coisa de 1 dia ou 2 dias. Já fiquei preso quase 10 dias, jogado debaixo de uma escadaria, dentro de um matagal, pelo governo do passado. Depois, saí e fui para uma UTI, onde quase perdi a vida. O que não justifica a manutenção da prisão do soldado Prisco.

É uma vergonha por parte dos Poderes! Não podemos nos calar!

Assim sendo, informo à Bahia e a todos que está nas mãos do juiz Roque, nas costas dele, essa grande responsabilidade, inclusive pela paz. Até porque o policial Prisco não incentivou o movimento em momento algum. Foi ele próprio que pediu, na hora da sua prisão, que anunciassem à tropa que não fizesse movimento, não reagisse, não fizesse greve, até para ajudá-lo.

O policial Prisco apenas quer ter o direito de conviver com sua família e filhos, que se encontram deprimidos, dentro de casa. É muito fácil prender um policial

estabelecido, um vereador. Quero ver prender os chefes de gangues desta Nação, desses estados. Quero ver prender os traficantes que assassinam os nossos filhos, espalhando droga por todos os lugares. Quero ver prender em flagrante aqueles que assaltam os cofres públicos com seus *lobbies*, os empresários que estão levando a nossa Nação à falência.

Deputado Zé Neto, Líder do governo, faço um apelo a V.Ex^a, porque V.Ex^a sabe que sou contagiado por essa área, por ser policial. Não é justa a manutenção da prisão de Prisco. Tenho certeza de que isso não interessa ao governador do Estado, e que o governo quer saber quem tem o interesse espúrio de manter o soldado Prisco preso.

É importante que V.Ex^a, que nos recebeu tão bem esta semana, tente buscar um acordo para devolver Prisco, pelo menos, ao seu Estado, à sua família, em nome da ética, em nome da democracia, em nome da República, que não pode falir por hipocrisia daqueles que fizeram greve, e, hoje, prendem um pai de família.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Concedo o aparte ao deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Isidório, apenas para dizer que de nossa parte não há interesse algum, não houve qualquer gestão para a prisão de Prisco. Até porque, ao encerrar a greve, pacificamos nosso Estado e mantivemos o diálogo compreensivo, fraterno e tranquilo com as organizações que representam os policiais.

Quero dizer a V.Ex^a ainda mais: se há algum interesse político, com certeza, reside principalmente no Estado de São Paulo. Há um movimento velado, e o governador do Estado não negociou. Todos sabem que há insatisfação e indignação sem precedentes. Os policiais de São Paulo têm um salário menor do que os policiais da Bahia, do Nordeste, de uma região muito mais pobre.

É inexplicável a situação de São Paulo. Há um movimento crescente e velado. A própria inteligência do comitê criado em Brasília para dar acompanhamento a todas essas crises dos policiais militares em todo o Brasil tem deixado transparecer que essa prisão de Prisco visa, evidentemente, fazer com que ele sirva de exemplo para tentar acomodar outros movimentos...

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Para concluir, Srs. Deputados.

O Sr. Zé Neto:- (...) que estão por aí em outros estados, como Pernambuco, que é governado pelo PSB; como o Rio Grande do Norte, que é governado pelo DEM; como São Paulo, que é governado pelo PSDB.

Nossa vida com os policiais está resolvida na Bahia. Teremos o recebimento da LOB nos próximos dias. Ontem, recebemos a Associação dos Bombeiros. Quero até convidar V.Ex^a para participar da próxima reunião com os Bombeiros.

E logo quando chegar a LOB, teremos o prazer de conversar, mais uma vez,

com as entidades, com V.Ex^a, com o deputado Tadeu e dar uma satisfação, justa, equilibrada, extremamente, tranquila a todo povo baiano, especialmente esses honrados e honradas policiais militares.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Para concluir, quero dizer a V.Ex^a que abra um espaço em sua agenda e visite o juiz, Dr. Roque, mostre a ele, assim como eu e Tadeu fizemos, que Prisco não representa perigo algum à paz do nosso Estado.

E dizer que não adianta LOB, não adianta CET, não adiantará nada se o que a tropa quer, o que nós policiais queremos é a liberdade do policial, do pai de família e do vereador Marcos Prisco, porque ele é policial. Isso está julgado, transitado e determinado pela Justiça no Plenário do Tribunal e no Superior Tribunal de Justiça, determinando a sua reintegração.

O que queremos, em nome da paz, é a libertação do policial Prisco. Creio no Deus de Israel que trabalhará no coração das autoridades e daquele juiz. Veremos, deputado, que Prisco será solto, se não pela Justiça...

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) feita pelos homens, mas a gestada por Deus no coração daquele juiz, que dará a sentença favorável à soltura daquele pai de família, vereador da capital, meu colega policial militar Prisco.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do DEM...

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Coronel Gilberto Santana.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Sr^a Presidente, estamos vendo o Plenário vazio. Para a continuidade desta sessão, peça a V.Ex^a que faça a verificação de quórum.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr^a. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr^a Presidente, considerando a questão de ordem levantada pelo deputado Coronel Santana, que está muito preocupado em encher este Plenário, quero convidar a entrar neste Plenário todos os deputados que estão nos diversos espaços desta Casa, nos seus gabinetes, no cafezinho, na biblioteca.

Srs. Deputados, compareçam ao Plenário, levando em conta esse convite honroso do deputado Coronel Gilberto Santana, que quer a presença de todos os deputados que estão nesta Casa.

Por isso, gostaria que a nobre presidente desse o tempo regulamentar de 15 minutos e convocasse todos os deputados a estarem presentes aqui no plenário.

A Sra. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- V.Ex^a será atendido.

Sras. e Srs. Deputados existe um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Coronel Santana, reiterado pelo deputado Marcelino Galo. Portanto, peço para zerar o painel, contar o tempo regimental e convidar a todos para adentrarem ao plenário, marcarem as vossas presenças, até porque só temos tempo dos dois blocos, da Maioria e da Minoria, para iniciarmos os processos de votação.

Precisamos, aqui no plenário, de 32 Sras. e Srs. Deputados. Peço, mais uma vez, para zerar o painel, marcar o tempo regimental, e os Srs. Líderes das suas bancadas também ajudarem, convocando os parlamentares que, naturalmente, estão aqui ao lado, no saguão, recebendo lideranças políticas, prefeitos, vereadores. Já está aqui ao meu lado a deputada Neusa Cadore.

Aproveito a oportunidade para convocar todos aqueles que estão aqui ao lado, na biblioteca, na sala das comissões, na sala do cafezinho, e peço também aos líderes das bancadas que convoquem seus pares para, urgentemente, os parlamentares adentrarem ao plenário.

Deputada Ivana Bastos, a senhora que é líder, convoque a sua bancada; deputado Zé Neto, deputado Bira Corôa, convoquem as suas bancadas; deputada Maria Luiza Laudano, convoque a sua bancada. Deputado Sargento Isidório...

Logo depois que recompusermos o quórum, registrarmos a presença de todos, teremos dois blocos para usar a palavra, o bloco da Maioria e o bloco da Minoria, já bem próximos, portanto, de iniciarmos o trabalho da ordem do dia. É preciso que nossas bancadas agilizem a convocação dos seus pares.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

A Sra. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Pela ordem, deputado, líder desta Casa, deputado Zé Neto, de Feira de Santana.

O Sr. Zé Neto:- Quero convocar todos os Srs. Deputados para que se façam presentes no plenário da Casa, além do quórum. Estamos entrando em processo de votação que fará com que possamos sair daqui, hoje, um pouco mais cedo, se começarmos mais cedo. Se começarmos mais tarde, óbvio que vamos terminar mais tarde.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados a adentrarem ao plenário da Casa e tenham condição de colaborar para que tenhamos o início dos trabalhos de votação, hoje,

mais cedo.

Temos dois projetos para apreciação. Fizemos um acordo, deputado Gaban, o deputado Adolfo me pediu, eu concordo com ele, e estamos fazendo um esforço para que o projeto dele, que teve um veto do governador, seja revisto.

Quero dizer a V.Ex^a publicamente que o acordo realmente foi feito aqui nesta Casa, com apreciação dos técnicos da Casa Civil. Houve, por parte da governadoria, o cuidado de remetê-lo para a procuradoria especializada em saúde. Como foi um projeto votado no afogadilho, tentando fazer uma composição e dar esta vitória ao deputado Adolfo, que faz um belíssimo mandato e merece. Então, nós não tivemos o tempo suficiente de receber essa informação da Procuradoria que tem ligações diretas com a saúde. Trouxeram uma Portaria do Ministério da Saúde à Governadoria, a qual fomentou esse veto. Entretanto, o deputado Adolfo Viana trouxe uma decisão do Supremo e algumas outras colocações e situações, e eu achei por bem, ao invés de votar o veto hoje, – por isso estou colocando para V.Ex^a, até para que fique como acordo de Lideranças – colocar esse veto para ser votado na semana que vem. Nesse tempo, eu tentaria viabilizar essa revisão do veto junto ao governador. O governador não vai retirar o veto, até porque isso não é mais possível, mas quero dizer a ele: Olha, há esse entendimento. Vamos tentar uma composição para reaproveitarmos o projeto, até para que não haja uma derrota do governo e uma derrota do deputado Adolfo Viana. Então, quero dizer a V.Ex^a que combinamos de adiar a votação do veto por mais uma semana. Quero, publicamente, dizer que vou me empenhar. A questão é meramente legal, não é política. Eu, pessoalmente, quero dizer que não haveria dificuldade no tocante à matéria, do ponto de vista prático, mas como há um entrave do ponto de vista...

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado.

O Sr. Zé Neto:- (...) da legalidade, vista por procuradores da Saúde, evidentemente, há a necessidade de fazermos um contraponto e tentarmos uma solução negociada, até mesmo com eles, durante a semana.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

O Sr. Zé Neto:- No Espírito Santo já existe um projeto parecido.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado. Nós já temos quórum.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^{as} podem contar comigo.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, eu só posso não só concordar, como também parabenizar V.Ex^a. Acredito que o Parlamento é isso. Não precisa ter vitória de um e derrota do outro! Se é uma coisa que pode ter um entendimento, que já tem uma

jurisprudência, que já tem um parecer definido, é mais do que justo adiarmos por uma semana para tentar um entendimento, porque, mais uma vez, quem ganhará é o Parlamento.

Então, parabênizo V.Exª e o próprio governo por essa atitude.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Srª Presidente, gostaria de agradecer ao deputado Zé Neto e de dizer, deputado, que quem ganhará com esse empenho de V.Exª não é este Parlamento, mas os baianos. Acredito que esse é um grande projeto. A população do Espírito Santo já obteve êxito com a aprovação desse projeto.

Eu espero que V.Exª, com sua habilidade, consiga reverter o quadro que temos hoje, para que aqueles que mais precisam de doadores de sangue sejam beneficiados. Confio em V.Exª e tenho a certeza de que juntos ajudaremos os baianos a enfrentarem essa dificuldade do dia a dia.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Srs. Deputados, recomposto o quórum e atendidas as questões de ordem, concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o nobre Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa) Não há orador.

ORDEM DO DIA

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Ordem do Dia.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Há um acordo de Lideranças para que possamos prorrogar por mais uma semana a apreciação do veto, em razão da necessidade de tentarmos um convencimento ou uma rediscussão do mesmo com relação à possibilidade de haver a liberação da Base, no sentido de votar favoravelmente ao que foi pleiteado pela Oposição, na pessoa do deputado Adolfo Viana.

Nós concordamos que eu me empenharia para encontrar uma saída para essa situação. Nós negociamos no Plenário, mas houve o veto do governador. Não houve intuito nosso de criar nenhum descumprimento do acordado. Então, caberá a mim, que fiz o acordo e tenho o entendimento de que é possível aprová-lo, ir até o governador e à Procuradoria levar os argumentos trazidos pelo deputado Adolfo Viana. Farei isso durante esta semana.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr^a. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr^a Presidente, é importante que adiemos por mais oito dias para que o deputado Zé Neto possa, junto ao governo do Estado, conseguir aprovação para que possamos votar favoravelmente. Nesse sentido, aceitamos aguardar mais uma semana para que possamos apreciar esse veto do governador.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- V.Ex^{as} serão atendidos.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 20.839/2014, procedente do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 20.839/2014

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo até o limite de US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão da garantia da União.

Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia - REMAR - 2ª Etapa, que tem como objetivo melhorar a eficiência e a segurança dos transportes e da logística na Bahia, promovendo o crescimento socioeconômico sustentável e inclusivo do Estado, notadamente nas regiões Oeste e do Sertão.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do respectivo contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular na forma dos arts. 157 e 159, completadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do

art. 167, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Para relatar o projeto designo o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Sr. Deputado...

O Sr. Adolfo Viana:- Gostaria de solicitar uma verificação de quórum de votação.

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Mas ainda será lido o relatório, deputado. Só um momento.

Designado o relator, peço que faça leitura do relatório para depois encaminharmos os devidos procedimentos regimentais.

O Sr. Adolfo Viana:- Srª. Presidente, gostaria de solicitar uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Após a leitura do relatório, deputado.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 20.839/2014, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica, e dá outras providências'.*

Através da proposição que ora passo a relatar, pretende, o Poder Executivo, obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para contratar operação de crédito externo. Obtida a autorização legislativa o Governo do Estado poderá contratar, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, até o montante de US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), recursos esses que serão destinados ao financiamento do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia -

PREMAR - 2ª Etapa.

A aprovação da proposta irá possibilitar ao Governo do Estado 'melhorar a eficiência e a segurança dos transportes e da logística na Bahia, promovendo o crescimento socioeconômico sustentável e inclusivo do Estado, notadamente nas regiões Oeste e do Sertão', conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa. Trata-se, portanto, de medida de grande relevância para o Estado da Bahia, especialmente para a população das regiões beneficiadas, que passarão a contar com uma melhor malha rodoviária para o trânsito de pessoas e a circulação de mercadorias.

O projeto recebeu duas emendas, ambas de autoria da Liderança da Minoria. A emenda nº 1 propõe o acréscimo de um parágrafo único ao art. 2º do projeto, determinando que os recursos oriundos da operação de crédito sejam utilizados exclusivamente para atender despesas classificáveis como despesas de capital no contexto do programa.

Opino pela rejeição da emenda, considerando que a destinação dos recursos resultantes da operação de crédito a ser autorizada já está claramente definida no parágrafo único do art. 1º do projeto, segundo o qual os recursos deverão ser aplicados para o Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia - PREMAR - 2ª Etapa. Ora, no conceito de Investimento Programático, adotado pelo Estado da Bahia na elaboração dos instrumentos legais de planejamento – PPA, LDO e LOA –, os investimentos correspondem aos Projetos e Atividades Finalísticas vinculados aos Programas Finalísticos do Governo integrantes do PPA, dos quais resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade. Note-se que este conceito pode se referir tanto a despesas de capital como a despesas correntes, uma vez que a ênfase é dada aos fins pretendidos pela ação governamental e não aos meios para alcançá-la (grupos ou elementos de despesa).

Para melhor compreensão do referido conceito, o Manual de Orçamento Público - MOP 2011 traz no Anexo XII as definições de Ação Finalística e Programa Finalístico, assim como o Manual do FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças, no capítulo Glossário de Termos Orçamentários, conceitua Atividade Finalística como 'instrumento de programação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo, destinados à prestação de serviços públicos, ao atendimento direto ou indireto da população e à realização da finalidade constitutiva de órgão ou entidade governamental, e cujo produto/resultado contribui para consecução do objetivo do programa governamental'. Dessa forma, considerando que a destinação dos recursos já está delimitada na proposição, a presente emenda mostra-se desnecessária, razão pela qual não deve ser acolhida.

A emenda nº 2 estabelece a obrigatoriedade de publicação, no prazo de até 60 dias após a contratação da operação de crédito, no Diário Oficial do Estado, de um plano de aplicação dos recursos, detalhando, além dos Projetos/Atividades e elementos de despesa, as ações e investimentos a serem executadas, as metas a serem alcançadas, a população beneficiada e os municípios atendidos. Opino também pela

rejeição, uma vez que, para a tramitação junto aos órgãos federais visando à autorização para contratação da operação de crédito, conforme exigência contida no Manual para Instrução de Pleitos - MIP da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, faz-se necessário a abertura de crédito suplementar, por Decreto Financeiro. A Proposta de Modificação Orçamentária - PMO, que gera o respectivo Decreto, é composta por vários atributos programáticos e orçamentários – função, programa, ações (projetos/atividades), fonte de recursos, modalidade de aplicação e valor, o que representa, técnica e formalmente, o Plano de Aplicação dos Recursos alocados na Lei Orçamentária Anual.

Aliado a isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo às determinações constitucionais relativas à transparência e publicidade dos atos da Administração Pública, já prevê instrumentos que conferem transparência à gestão fiscal, quando determina que a Administração Pública deve: 1) disponibilizar, para consulta e análise, dos cidadãos e instituições da sociedade, no Poder Legislativo e no respectivo órgão técnico responsável pela sua elaboração, as prestações de contas do Chefe do Poder Executivo, durante todo o exercício (art. 49, caput);

2) realizar audiências públicas, ao final dos meses de fevereiro, maio e setembro na Comissão referida no §1º do art. 166 da Constituição Federal, ou equivalente, nas Assembleias Legislativas, durante as quais o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre (§4º, art. 9º);

3) divulgar, amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os instrumentos de transparência da gestão fiscal, incluindo os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal (art. 48, caput). Além disso, o Estado da Bahia possui hoje o Programa Transparência Bahia, que já divulga em rede mundial (Internet) todas as informações referentes às receitas, despesas e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, podendo ser consultados, ainda, todos os pagamentos feitos pelo Estado às empresas ou pessoas físicas fornecedoras ou prestadoras de serviço e em que esse recurso foi aplicado. Por todas as razões expostas, a emenda deve ser rejeitada.

Ante o exposto, e considerando que a proposição encontra-se em conformidade às disposições legais e constitucionais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo. É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2014.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Srª Presidente. Solicito uma verificação de quórum no âmbito das comissões, por favor.

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Deputado Adolfo, o senhor pediu uma questão de ordem no âmbito das comissões...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, eu estava ali fora, entrei agora, e

quero saber em que pé está o processo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpe, porque entrei aqui agora. Qual é o primeiro projeto?

Primeiro é o veto. Por acordo, primeiro é o veto e eu não posso fazer. É constitucional. Eu não posso. Há coisas na vida que não posso fazer. É constitucional e, mesmo por acordo, não posso fazer. Matéria constitucional, não posso fazer. Desculpe. Matéria regimental podemos fazer agora. Está sobrestando a pauta, não posso, mesmo com acordo dos Líderes. Quer suspender por 5 minutos, suspendamos, mas...

O Sr. Gaban:- O que foi presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há uma matéria sobrestando a pauta, e os Líderes do governo e da Oposição fizeram um acordo para votá-la na próxima semana. Mas eu não posso deferir esse acordo, porque é matéria constitucional. Podemos fazer se for matéria regimental, mas se for constitucional, nunca foi feito aqui nesta Casa. Está sobrestando a pauta e, infelizmente, eu não posso. Amanhã ou depois, alguém entra na Justiça e derruba.

Qual é o problema de votar esse veto? Que projeto é esse? É o de doação de sangue? (Pausa)

Vou suspender a sessão por 5 minutos para decidirmos, porque eu não tenho como fazer isso.

O Sr. Gaban:- Presidente, tenho uma sugestão a dar. Acho que o Líder do governo pode retirar a matéria que está sobrestando e faz a análise...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas ele não pode retirar o veto do governador. Não tem como retirar. Veto ele não pode retirar.

O Sr. Gaban:- Com a concordância do governo, pode. Ele retiraria, a Casa Civil analisa e na semana que vem ele reapresenta, com dispensa de formalidades.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Vamos suspender por 10 minutos para ver se chegamos a um acordo aqui.

(A sessão foi suspensa por 10 minutos)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Tendo em vista que houve um impasse e esta é uma casa política, consultarei cada um dos Srs. Deputados, um por um. Se todos concordarem que o projeto seja retirado, será retirado, mas se um for contra, irei mantê-lo.

O Deputado Zé Neto recomenda sim.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a veja como as lideranças recomendam.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É sim, não é?

O Sr. Gaban:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, consultarei um por um.
É uma situação atípica, mas constitucional.

Os líderes recomendam sim.

Deputado Aderbal Fulco Caldas: Sim

Deputado Adolfo Menezes: Sim

Deputado Adolfo Viana: Sim

Deputado Alan Sanches: Sim

Deputado Álvaro Gomes: Sim

Deputado Ângela Sousa: Sim

Deputado Ângelo Coronel: Sim

Deputado Augusto Castro: Sim

Deputado Bira Coroa: Sim

Deputado Bruno Reis: Sim

Deputado Cacá Leão: Sim

Deputado Capitão Tadeu: Sim

Deputado Carlos Geílson: Sim

Deputado Carlos Ubaldino: Sim

Deputado Coronel Gilberto Santana: Sim

Deputado Delegado Deraldo Damasceno: Sim

Deputado Elmar Nascimento: Sim

Deputado Euclides Fernandes: Sim

Deputado Fabrício Falcão: Sim

Deputada Fátima Nunes: Sim

Deputado Gaban: Sim

Deputada Graça Pimenta: Sim

Deputado Hebert Barbosa: Sim

Deputado Ivana Bastos: Sim

Deputado J.Carlos: Sim

Deputado João Bonfim: Sim

Deputado João Carlos Bacelar: Sim

Deputado José de Arimatéia: Sim

Deputado Joseildo Ramos: Sim

Deputado Jurandy Oliveira: Sim

Deputada Kelly Magalhães: Sim

Deputado Leur Lomanto Junior: Sim

Deputado Luciano Simões: Sim

Deputada Luiza Maia: Sim

Deputado Marcelino Galo: Sim

Deputada Maria del Carmen: Sim
Deputada Maria Luíza Laudano: Sim
Deputada Maria Luíza: Sim
Deputado Mário Negromonte Júnior: Sim
Deputado Marquinho Viana: Sim
Deputado Nelson Leal: Sim
Deputada Neusa Cadore: Sim
Deputado Pastor Sargento Isidório: Sim
Deputado Paulo Azi: Sim
Deputado Paulo Câmara: Sim
Deputado Pedro Tavares: Sim
Deputado Reinaldo Braga: Sim
Deputado Roberto Carlos: Sim
Deputado Rogério Andrade: Sim
Deputado Ronaldo Carleto: Sim
Deputado Rosemebrg Pinto: Sim
Deputado Sandro Régis: Sim
Deputado Sidelvan Nóbrega: Sim
Deputado Targino Machado: Sim
Deputado Timóteo Brito: Sim
Deputado Tom Araújo: Sim
Deputado Wando: Sim
Deputado Yulo Oiticica: Sim
Deputado Zé Neto: Sim
Deputado Zé Raimundo: Sim

Portanto, por unanimidade, irei deferir o acordo dos líderes. Os líderes partidários têm 8 dias para chegar a um acordo. Na próxima terça-feira, neste horário, sobrestar a pauta. Se não entrarem em acordo, terá que votar.

Em votação o Projeto de Lei 20.839/14 do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo, que o autoriza a contratar operação de crédito externo na forma que indica, e dá outras providências.

Em votação no âmbito das comissões o parecer do deputado Joseildo Ramos. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Manter a verificação de quórum no âmbito das comissões?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Constituição e Justiça)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia)

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Infraestrutura)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum na Comissão de Infraestrutura.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Finanças e Orçamento)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum na Comissão de Finanças e Orçamento.

Em votação no âmbito das comissões o parecer do deputado Joseildo Ramos. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de lei nº 20.839/2014, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Próximo projeto. Projeto de Lei nº 20.840/2014, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 20.840/2014

**Autoriza o Poder Executivo a contratar
operação de crédito externo na forma que indica
e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o limite de US\$50.000.000 (cinquenta milhões de dólares americanos), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão da garantia da União.

Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública para o Estado da Bahia - PROGEST Bahia, que tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, por meio do aperfeiçoamento dos processos de planejamento e gestão.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do respectivo contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular na forma dos arts. 157 e 159, completadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como outras garantias, em direito, admitidas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Joseildo Ramos para relatar a matéria.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- *(Lê) “Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 20.840/2014, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências'...”*

Encaminha, o Exmº Sr. Governador do Estado, para apreciação da Assembleia

Legislativa, o projeto de lei que ora passo a relatar, através do qual pretende o Poder Executivo obter desta Casa a necessária autorização para contratar operação de crédito externo.

Obtida a autorização legislativa o Governo do Estado poderá contratar, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o montante de US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares americanos), recursos esses que serão destinados ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública para o Estado da Bahia - PROGEST Bahia.

A aprovação da proposta possibilitará ao Governo do Estado “melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, por meio dos processos de planejamento e gestão implementados no Estado da Bahia”, conforme registra Mensagem Governamental.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da Liderança da Minoria, obrigando a publicação, no prazo de até 60 dias após a contratação da operação de crédito, no Diário Oficial do Estado, de um plano de aplicação dos recursos, detalhando, além dos Projetos/Atividades e elementos de despesa, as ações e investimentos a serem executadas, as metas a serem alcançadas, a população beneficiada e os municípios atendidos. Opino pela rejeição, observando que a destinação dos recursos resultantes da operação de crédito a ser autorizada já está claramente definida no parágrafo único do art. 1º do projeto, que determina sua destinação ao Programa de Fortalecimento da Gestão Pública para o Estado da Bahia - PROGEST Bahia, enquanto que, no conceito de Investimento Programático, adotado pelo Estado da Bahia na elaboração dos instrumentos legais de planejamento - PPA, LDO e LOA, os investimentos correspondem aos Projetos e Atividades Finalísticas, vinculados aos Programas Finalísticos do Governo integrantes do PPA, dos quais resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade. Note-se que este conceito se refere tanto a despesas de capital como despesas correntes, uma vez que a ênfase é dada aos fins pretendidos pela ação governamental e não aos meios para alcançá-la (grupos ou elementos de despesa).

Para melhor compreensão do referido conceito, o Manual de Orçamento Público - MOP 2011 traz, no Anexo XII, as definições de Ação Finalística e Programa Finalístico, assim como o Manual do FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças, no capítulo Glossário de Termos Orçamentários, conceitua Atividade Finalística como “instrumento de programação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo, destinados à prestação de serviços públicos, ao atendimento direto ou indireto da população e à realização da finalidade constitutiva de órgão ou entidade governamental, e cujo produto/resultado contribui para consecução do objetivo do programa governamental”.

Ante o exposto, e considerando que a proposição encontra-se em conformidade às disposições legais e constitucionais, opino pela sua aprovação na forma

originalmente apresentada pelo Poder Executivo. É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2014.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir o parecer ao projeto de lei nº 20.840/2014, o deputado João Bonfim.

O Sr. JOÃO BONFIM:- Sr. Presidente nobre deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, assomo à tribuna desta Casa, hoje, com a felicidade de ter, na manhã de hoje, em uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, uma sessão histórica quando este Parlamento mostrou os avanços conquistados na democracia que hoje impera em nossos municípios. Pela primeira vez, esta Casa... Digo isto respaldado em meus 20 anos de mandato, como deputado que participou, na condição de membro da Comissão de Constituição e Justiça e de outras comissões, da indicação ou da homologação de todos os conselheiros que compõem hoje a egrégia Corte de Contas da Bahia. Cada um daqueles conselheiros que teve seu nome submetido a esta Casa, eles foram sabatinados, foram ouvidos e tiveram os nomes homologados e aprovados neste Plenário, independente de terem origem no Legislativo, no Executivo, todos se submeteram ao mesmo processo. Hoje, vivenciamos aqui um momento novo quando o exercício da democracia, sinal dos novos tempos, ficou estabelecido. E afirmo a todos os senhores que esse é um legado que o deputado Marcelo Nilo deixa nesta Casa, é um legado também do governador Jaques Wagner, porque, ao longo de todos esses processos vivenciados por mim, nunca tivemos a oportunidade de debater com tanto cuidado, com tanta ênfase o nome dos candidatos e a qualificação de cada um para ocupar o cargo de conselheiro no Tribunal de Contas do Estado ou dos Municípios.

Digo que Marcelo Nilo deixa um legado, porque foi ele o responsável por essa resolução que permite que, de maneira democrática, qualquer um que queira se inscrever e ofereça o seu nome e se submeta às condições da resolução pode vir aqui disputar a eleição e ocupar um cargo de conselheiro, basta para isso ter entre 35 e 65 anos de idade, ser detentor de notório conhecimento jurídico ou contábil e ser também portador de moral ilibada. E aqui hoje vimos desfilar o nome de três cidadãos que compõem além deste humilde parlamentar, que completa o quarto nome, vi desfilar nomes da maior grandeza na sala das comissões para serem apreciados aqui amanhã. E, pela primeira vez, será possível aqui haver votação para ser escolhido entre dois nomes que concorrem ao mesmo cargo.

A minha candidatura ao Tribunal de Contas do Estado é respaldada numa decisão dos meus nobres colegas desta casa que assinaram o meu requerimento de inscrição, fruto de uma tese defendida por nós todos, que tem que ser por indicação da Assembleia. E aqui eu construí essa indicação e amanhã vou-me submeter ao voto dos nobres pares na confiança de que terei o mínimo necessário para ter meu nome homologado para compor o Tribunal de Contas da Bahia.

Os outros dois cargos: um vem com a indicação do governo do Estado, porque é de livre indicação do governo, que é o deputado federal Mário Negromonte; e a outra vaga, que será disputada, volto a reafirmar, democraticamente pelo querido deputado estadual Gaban, que legitimamente se inscreveu, respaldado no apoio que tem dos seus companheiros de Bancada, e o deputado federal Zézeu, que, por sua vez, também vem respaldado na assinatura, de um mínimo exigido pela resolução, de 20 companheiros da sua Bancada.

Quero, aqui, mais uma vez, pedir a cada deputado e a cada deputada, humildemente, que analisem a minha proposição e votem amanhã na convicção de que estão escolhendo alguém de quem vocês jamais poderão se envergonhar. Alguém que, aqui, nos 20 anos de mandato cumpriu o seu papel. E tenho certeza de que lá também cumprirei.

Por isso, querido presidente, assumo esta tribuna hoje.

E para concluir, quero dizer, desta feita com a maior ênfase que possa ser dada, com a maior clareza possível, para que não suscite aqui alguma dúvida e depois algum dos companheiros que estão aqui presentes possa repercutir de uma forma, talvez, equivocada, pela minha maneira, às vezes, de falar tomado pela emoção: o meu filho Vítor Bonfim não é candidato a deputado estadual para me suceder nesta Casa. Se é a vontade destes companheiros de ouvirem com clareza esta colocação, ela está feita.

Uma clareza que possa parecer de que é em tom de indignação, mas não é, é em tom de clareza, porque ontem, quando me coloquei, naturalmente, tomado pela emoção ou pelo constrangimento de estar colocando algo que talvez fosse o sonho de um jovem, mas não foi com o objetivo de sair pela tangente.

Volto a dizer com toda a clareza possível: meu filho Vítor Bonfim, vereador de Guanambi, filiado ao PDT, ao meu partido, não será candidato. E digo mais ainda, para que não restem dúvidas: o meu outro filho, Guilherme Bonfim, também não é candidato, até porque não se desincompatibilizou do cargo que ocupa. E meu outro filho, que V.Ex^{as} nem sabem, porque só conhecem Guilherme e Vítor... Guilherme porque está sempre presente aqui, comigo, ao meu lado, e Vítor, porque milita na política.

Ainda tenho outro filho que é filiado a partido político, mas também não será

candidato. Meu filho Bruno Bonfim também não será candidato na próxima eleição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO BONFIM:- Dito isso, quero encerrar as minhas palavras, dizendo que continuo acreditando no propósito de ir para o Tribunal de Contas do Estado para poder servir ao meu Estado e a esta Casa. E reafirmar mais ainda a confiança no voto de cada um de vocês amanhã, no Plenário desta Casa.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Parabéns, deputado João Bonfim, por suas palavras.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marquinho Viana: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana:- Queria dizer uma palavra ao deputado João Bonfim: este Parlamento vai perder um grande deputado, mas o Tribunal de Contas ganhará um grande conselheiro. Como falei na Comissão, fui funcionário de V.Ex^a, carreguei muita pasta sua e por isso estou aqui, porque fiz o meu trabalho com competência

Então, deputado João Bonfim, parabéns por sua atitude! V.Ex^a demonstrou que é realmente um grande parlamentar e será um grande conselheiro.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, mais uma vez o governo Jaques Wagner pede outro empréstimo - mais um - para o Estado da Bahia. Este, agora, é de 50 milhões de dólares americanos. É inacreditável como este governo recorreu a empréstimos!

Eu fico imaginando, deputado Rosemberg Pinto, quantos bilhões o governo tomou ao longo destes 8 anos! Mas não conseguiu mudar a vida das pessoas. Este empréstimo chega sem um plano de trabalho. Quero aqui saber dos deputados da base governista quem é que sabe onde será aplicado esse dinheiro. V.Ex^a sabe? Então diga para mim. Diga, Excelência. Eu lhe concedo um aparte para que diga onde será aplicado esse dinheiro. V.Ex^a não sabe. Não sabe porque não tem plano de trabalho este empréstimo. O governo Jaques Wagner foi campeão em tomar dinheiro em banco! E ainda me tenta mais 50 milhões de dólares! Esses empréstimos, essa dinheirama que o governo tomou ao longo destes 8 anos realmente não refletiu na expectativa de melhora da vida das pessoas.

Ontem foi publicada a pesquisa IBOPE em que o pré-candidato Paulo Souto vem com 42% das intenções de voto, a senadora Lídice da Mata tem 11% e o pré-

candidato Rui Costa, apenas 9%. Não refletiu, em nenhum momento, essa dinheirama tomada pelo governo Jaques Wagner. E aqui pergunto se V.Ex^a, deputado Euclides Fernandes, um parlamentar muito preparado e estudioso, sabe onde serão aplicados esses 50 milhões de dólares. V.Ex^a também não sabe, assim como ninguém sabe, porque este projeto não tem plano de trabalho.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana, um dos deputados mais fortes do futuro governador Paulo Souto e do futuro presidente Aécio Neves.

O Sr. Adolfo Viana:- Gostei, deputado Sandro Régis, do seu pronunciamento.

Quero dizer a V.Ex^a que nem o deputado Euclides sabe nem os demais membros desta Casa sabem. Já foram 15 bilhões em empréstimos e a gente não sabe onde foram aplicados esses 15 bilhões. E, mais uma vez, serão tomados novas dezenas de milhões de dólares sem saber onde serão aplicados.

A deputada Luiza Maia fica dali gesticulando, eu não consegui entender bem o que ela quis dizer. Será que ela sabe onde serão aplicados?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Ela não sabe nem do Hospital de Camaçari quanto mais do dinheiro que vai ser tomado o empréstimo.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, eu quero parabenizar V.Ex^a, e é dever desta Casa saber onde vai cada centavo desse dinheiro. Infelizmente, a ampla base governista, mais uma vez...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Que não está assim tão ampla mais.

O Sr. Adolfo Viana -(...) não é aquela base que é ampla, mas com uma vontade de mudar de linha, e vai poder mudar a partir do ano que vem.

Parabéns a V.Ex^a que cobra responsabilidade desta Assembleia e comprometimento com esse dinheiro, que o governo vai obter através da sua ampla Maioria e de sua ampla base nesta Assembleia.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Não se pode votar um projeto, deputado Adolfo Viana, sem saber para onde vai aplicar o recurso. Eles solicitam um empréstimo de 50 milhões de dólares e não têm plano de trabalho, deputado Euclides Fernandes. Como é que o Estado vai tomar tanto dinheiro e nós não vamos saber o destino desse dinheiro?

Eu tenho certeza que os deputados da base do governo irão questionar, porque não é possível que esta Casa, mais uma vez, assine um cheque em branco para o governo do Estado e comprometa o futuro do nosso Estado.

Para concluir, deputado Adolfo Viana, eu faço aqui um apelo ao Líder Zé Neto para que traga o plano de trabalho para que esta Casa saiba...a cara do deputado Rosemberg é de derrota, coitado. Eu não consigo olhar para o deputado Rosemberg e

não ficar comovido com a sua expressão de desespero.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- O deputado Rosemberg, ele não tem culpa disso, coitado, porque ele trabalhou muito para o amigo dele ser o candidato. Mas, eu sinto, deputado Adolfo, a tristeza na alma do deputado Rosemberg, porque ele sabe que o povo não admite mais um tipo de coisa dessa. Ele sabe que o povo aprendeu que a Bahia da propaganda é uma e a Bahia da realidade é Pesquisa Ibope, que 42% da população baiana já apontam um novo caminho.

Então, deputado Rosemberg Pinto, eu entendo o seu coração, eu entendo a sua afeição.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte V.Ex^a.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Sandro Régis, eu, como Líder do PT, fui convidado para ir a Recife, já parecia até que eu estava tomando posse da Prefeitura de Recife com o meu querido senador Humberto Costa, meu companheiro de Partido, e ele tinha 48% de intenção de voto e o atual prefeito tinha 4%. E hoje o prefeito é do PSB e Eduardo Costa, para minha tristeza, voltou a ser senador. Ou seja, isso é o momento, e eu quero que você aproveite ele, porque vai ficar só nesse momento, deputado Sandro Régis.

Mas, eu quero só explicar o empréstimo. Deputado, eu vejo todo dia aqui os parlamentares perguntando qual o plano de investimento. Deputado, o plano de investimento é condicionado ao empréstimo à instituição financeira. A instituição financeira só libera o financiamento a partir da apresentação do plano de investimentos, é condicionado, é uma liberação casada.

Esse empréstimo é para investimento na área de infraestrutura e é exatamente no momento da implementação do empréstimo que é apresentado o plano de investimento, melhor, o plano de ação, plano de execução. Isso é algo natural.

V.Ex^a me perdoe, sei que tem muito mais experiência do que eu no Parlamento, por isso continuará sendo Oposição. É assim que funciona do ponto de vista dos empréstimos e foi também assim à época do ex-governador Paulo Souto.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Nobre Líder do PT, deputado Rosemberg, a diferença da situação da campanha de Pernambuco para o governo do Estado é que Eduardo Campo é muito bem avaliado em seu Estado. Coisa que seu governador não é. Seu governador tem uma avaliação medíocre, são 37%. Enquanto Eduardo Campos tem quase 80%. Então V.Ex^a realmente tem todos os motivos para estar com seu coração triste.

Agora, deputado Zé Neto, acate aqui a emenda: (Lê) “Fica o Poder Executivo obrigado a publicar a emenda no prazo de 60 dias, após a contratação da operação de

crédito externo no Diário Oficial do Estado, o Plano de Aplicação de Recursos resultante da Operação de créditos autorizado.”

Isso é a prova da responsabilidade, deputado Euclides Fernandes, com o dinheiro do empréstimo. Apenas queremos saber para onde vai o dinheiro. Nem pelo amor que V.Ex^a tem a seus filhos dá essa procuração em branco. Esta Casa mais uma vez infelizmente dá essa procuração em branco. Mas a nossa garantia é que esse dinheiro será gasto pelo novo governador da Bahia que será, sem sombra de dúvida, Paulo Souto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Em votação no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário, Projeto 20.840/2014, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito na forma que indica e dá outras providências.

O Sr. Leur Lomanto Junior: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Pela ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Junior: - Solicito uma verificação de quórum de votação, Sr. Presidente.

O Sr. J. Carlos: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Pela ordem, deputado J. Carlos.

O Sr. J. Carlos: - Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a faça soar as campainhas, chamando os Srs. Deputados ao Plenário.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - V.Ex^a será atendido.

Solicito que o painel seja zerado e que seja marcado 25 minutos. Os Srs. Deputados que queiram votar o projeto que marquem as presenças.

(Verificação de quórum.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo): - Quórum de votação.

Como recomenda a sua Bancada, deputado Gaban?

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, considerando-se que não tem um plano de trabalho apresentado que vai definir como vão ser aplicados esses recursos, recomendo não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - O deputado Gaban recomenda não. O deputado Zé Neto recomenda sim.

Em votação.

(Os Srs. Deputados procedem à votação)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Encerrada a votação. Resultado: 9 não, 38 sim. Aprovado. O projeto irá para a sanção de S. Ex^a, o governador Jaques

Wagner.

Próximo projeto.

Antes de votarmos o próximo projeto, queria combinar com os deputados que a votação será amanhã às 17 horas. O pessoal quer acertar para começar antes? Vamos ver se começamos cedo amanhã, às 16 horas. Vou explicar o motivo de meu acordo: amanhã é meu aniversário de casamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, concorda às 16 horas? O deputado Gaban, concorda às 16 horas? (Pausa)

Então, Srs. Deputados, amanhã iniciaremos a votação às 16 horas. Primeiro, o deputado João Bonfim, que foi o primeiro a se inscrever, depois o deputado Mário Negromonte e por último a vaga para a qual haverá disputa, entre V.Ex^a, deputado Gaban, e o deputado Zezéu Ribeiro. Então, a votação é essa, é o critério que usei.

Primeira votação, às 16 horas. Eu esperarei 25 minutos. Deputados Gaban e Zé Neto, eu esperarei 25 minutos. Começaremos a votação às 16 horas e nós esperaremos 25 minutos para a votação. Encerro antes se tiverem votados os 63 Srs. Deputados. Se houver faltas, eu esperarei por 25 minutos, depois passamos para a votação, quando o tempo de espera se repetirá. Vinte e cinco minutos é a norma. Se os Líderes quiserem aumentar para 30 minutos, eu espero. (Pausa) Está acertado: 25 minutos.

O Sr. Marquinho Viana: - Questão de ordem, Sr. Presidente. A votação será no painel?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vai ser no papel. Eleição de conselheiro é feita com cédulas de votação colocadas em urna.

O Sr. Nelson Leal:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Nelson Leal.

O Sr. Nelson Leal:- Sr. Presidente, como vamos proceder a uma votação manual, eu gostaria de pedir a V.Ex^a que fosse fixado o tempo que os deputados precisem para votar. Já aconteceu aqui na Casa. Vinte e cinco é o prazo para esperar o quórum. Agora, para votar, é o tempo que a Casa demorar, porque pode ter uma fila.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou esperar. Aberta a votação, espero 25 minutos. É muita responsabilidade.

O Sr. Nelson Leal:- Mas, Sr. Presidente, deixe eu lhe falar uma coisa. Quero que V.Ex^a consulte Carlos, nosso procurador. Já aconteceu aqui em 25 minutos não dar tempo para os 63 deputados. Inclusive, no Congresso Nacional, é até terminar o número de parlamentares para votar. Lá, por exemplo, vi uma sessão na qual o ministro Aroldo Cedraz foi eleito, demorou quase três horas, porque lá se demora muito para votar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem, acho que V.Ex^a tem razão. Vamos acertar 30 minutos.

O Sr. Nelson Leal:- Eu acho, Sr. Presidente, que essa é uma questão que não deve ter tempo. Precisa haver tempo para os deputados votarem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Nelson Leal, não posso acertar o tempo agora, porque, iniciada a votação, vamos supor, o último voto dado com 20 minutos, serei obrigado a esperar mais 5 minutos.

O Sr. Nelson Leal:- E se, por acaso, Sr. Presidente, houver fila e com 30 minutos não terminar?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, vou usar o bom senso. Se tiver gente aqui na fila, não vou encerrar, claro. V.Ex^a tem razão.

O Sr. Nelson Leal:- Nem as eleições são assim, Sr. Presidente, porque as eleições se encerram às 17 horas, mas se houver fila...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos fazer o seguinte: começou a votação, depois que o último presente votar, eu espero 10 minutos. Pronto, fechado. Pode demorar 1 hora que vou esperar. Encerrada a votação do último aqui presente, eu espero 10 minutos. Temos que acertar, porque pode haver disputa, pode haver um eleitor de um, um eleitor de outro. Fechado, deputados Gaban e Zé Neto? O último aqui presente que votar, eu aguardo 10 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- O questionamento do procedimento de amanhã, presidente: vota o primeiro, apura e depois vota o segundo?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Apuro. Vota o segundo. Apuro. E vota o terceiro.

Próximo projeto. Projeto de Lei Complementar do TCM, de nº 118/2014, que dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº 6, de 06 de dezembro de 1991, que indica, institui o Diário Oficial Eletrônico, introduz modificações na estrutura administrativa do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Nelson Leal. Pode? Não pode, não. Designo a deputada Maria Luiza Laudano para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr.Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvintes da TV Assembleia, queridas taquígrafas, imprensa e ocupantes das Galerias Paulo Jackson, (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei Complementar nº 118/2014, de autoria do Tribunal de Contas dos Municípios, o qual 'Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº 6, de 06 de dezembro de 1991, que indica, institui o Diário Oficial Eletrônico, introduz modificações na estrutura administrativa do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, e dá outras providências.'*

O projeto que ora passo a relatar, encaminhado à apreciação da Assembleia

Legislativa pelo Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, vem introduzir alterações na Lei Complementar nº 6, 'com a finalidade de possibilitar a implantação do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal como principal meio oficial para publicação, divulgação e comunicação dos seus atos processuais e administrativos, o que, aliás, já vem ocorrendo em outros Tribunais, a exemplo do Tribunal de Contas do Estado, recentemente aprovado por essa Casa, como uma estratégia de ampliação e facilitação do acesso às informações públicas, favorecendo a redução de custo de impressão que atualmente se verifica', conforme expõe o Sr. Presidente do TCM no ofício que acompanha a proposição.

Na sua exposição de motivos, observa ainda o Sr. Presidente que a proposição também introduz modificações na estrutura administrativa do Tribunal, criando a Escola de Contas, para atendimento às necessidades de capacitação dos quadros daquela Corte, promovendo o redimensionamento das unidades voltadas ao controle dos atos de pessoal e à gestão de pessoas, 'mediante a criação, respectivamente, da Coordenadoria de Controle de Atos de Pessoal e da Divisão de Gestão de Pessoas, bem como ao reforço da Superintendência-Geral, da Assessoria Jurídica e da Coordenadoria de Assistência aos Municípios.'

Por sua vez, faz-se necessário ressaltar, ainda segundo o Sr. presidente do TCM, que as modificações propostas não acarretarão aumento da despesa, 'porquanto os custos serão cobertos com a transformação de seis cargos de provimento temporário de Inspetor Regional, símbolo DAS 4, e o de Ouvidor, símbolo DAS 5, conforme se explicita no anexo único à presente proposição.'

Trata-se, assim, de matéria de grande importância para o TCM, uma vez que, além de proporcionar a redução dos custos, tornará mais fácil o acesso dos cidadãos às informações públicas e ações desenvolvidas no âmbito daquela Corte de Contas.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, cabe-me, na condição de Relatora, apresentar duas emendas para tornar mais clara a sua redação:

Emenda de Relator nº 1:

Os arts. 1º e 3º do Projeto de Lei Complementar nº 118/2014 passam a ter a seguinte redação:

'Art. 1º - Ficam acrescidos, ao art. 28 da Lei Complementar nº 006, de 6 de dezembro de 1991, os incisos XII-A e XIV-A, e a alínea g ao inciso XIV, com a seguinte redação:

'XII-A - Escola de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;

XIV-A - Coordenadoria de Controle de Atos de Pessoal;

XIV -

.....

g) Divisão de Gestão de Pessoas;

Parágrafo único - As estruturas, competências, atribuições e atividades da Escola de Contas, da Coordenadoria de Controle de Atos de Pessoal e da Divisão de Gestão de Pessoas serão objeto de Resolução do Tribunal.'

.....
'Art. 3º - O § 2º do art. 91 e o § 3º do art. 94 da Lei Complementar nº 6 passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 91

.....
§ 2º - No prazo de 30 (trinta) dias contados da recepção das informações objeto deste artigo, o Tribunal de Contas dos Municípios as fará publicar no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios.”

.....”
"Art. 94.....

.....
§ 3º - No prazo de 30 (trinta) dias contados da recepção das informações objeto deste artigo, o Tribunal de Contas dos Municípios as fará publicar no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios.”

Justificativa: a presente emenda vem, como afirmado acima, tornar mais clara a redação dos dispositivos, com as modificações no art. 1º e substituindo, na Lei Complementar nº 006, a expressão “Diário Oficial do Estado” pela expressão “Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios”.

Emenda de Relator nº 2:

Acresça-se um artigo ao Projeto de Complementar nº 118/2014, que será o 6º, com a redação a seguir indicada, renumerando-se para art. 7º o atual art. 6º.

“Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.”

Justificativa: esta emenda destina-se a tornar claro que os recursos orçamentários para adimplir com as despesas decorrentes da Lei serão os consignados ao TCM, a fim de garantir o equilíbrio orçamentário.

Ante o exposto, e considerando que a proposição atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação com as alterações produzidas pelas Emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2014.

Deputada Maria Luiza Laudano

Relatora.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer da nobre deputada Maria Luiza Laudano, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação no Plenário o Projeto de Lei Complementar nº 118/2014, de

autoria do Tribunal de Contas dos Municípios.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 118/ 2014

Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº 6, de 06 de dezembro de 1991, que indica, institui o Diário Oficial Eletrônico, introduz modificações na estrutura administrativa do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Ficam acrescidos, ao art. 28 da Lei Complementar nº 006, de 06 de dezembro de 1991, os incisos XII-A e XIV-A, e a alínea g ao inciso XIV, com a seguinte redação:

"XII-A - Escola de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;

XIV-A - Coordenadoria de Controle de Atos de Pessoal;

XIV

-
.....

g) Divisão de Gestão de Pessoas;"

Parágrafo único - As estruturas, competências, atribuições e atividades da Escola de Contas, da Coordenadoria de Controle de Atos de Pessoal e da Divisão de Gestão de Pessoas serão objeto de Resolução do Tribunal.

Art. 2º - O art. 50 da Lei Complementar nº 006, de 06 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50 - Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, como meio oficial para publicação, divulgação e comunicação dos seus atos processuais e administrativos.

§ 1º - O Diário Oficial Eletrônico de que trata o *caput* deste artigo constituirá o suporte oficial das publicações do Tribunal, as quais serão veiculadas, sem custos, no site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, na rede mundial de computadores.

§ 2º - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasileira.

§ 3º - Excepcionalmente, na hipótese de ocorrência de problemas técnicos que impossibilitem a edição ou publicação do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, os atos processuais e administrativos de caráter urgente poderão ser publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia.

§ 4º - Ao Tribunal de Contas dos Municípios são reservados os direitos autorais e de publicação do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal, ficando autorizada sua impressão, vedada, todavia, sua comercialização.

§ 5º - O Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, será regulamentado por Resolução do Pleno."

Art. 3º - O § 2º do art. 91 e o § 3º do art. 94 da Lei Complementar nº 006, de 06 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91-
....."

§ 2º - No prazo de 30 (trinta) dias contados da recepção das informações objeto deste artigo, o Tribunal de Contas dos Municípios as fará publicar no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios.
....."

"Art. 94 -
....."

§ 3º - No prazo de 30 (trinta) dias contados da recepção das informações objeto deste artigo, o Tribunal de Contas dos Municípios as fará publicar no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios."

Art. 4º - A Ouvidoria e a Escola de Contas, esta última criada por esta Lei, serão dirigidas por Conselheiros, sem prejuízo de suas atribuições, com a

denominação, respectivamente, de Ouvidor Geral e Diretor Geral da Escola de Contas, eleitos pelo Tribunal Pleno, conjuntamente com a composição da Mesa e das Câmaras, pelo mesmo período, condições e procedimentos.

Parágrafo único - Aos Conselheiros eleitos para exercer as funções mencionadas no *caput* deste artigo, será dado tratamento idêntico ao atribuído aos Presidentes de Câmara.

Art. 5º - Para atender à implantação das unidades criadas por esta Lei, ficam transformados 06 (seis) cargos de provimento temporário de Inspetor Regional, símbolo DAS-4, e o de Ouvidor, DAS-5, na forma indicada no Anexo Único a esta Lei.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2014.

Deputada MARIA LUIZA LAUDANO
Relatora

ANEXO ÚNICO
TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS

DENOMINAÇÃO ATUAL		DENOMINAÇÃO PROPOSTA	
Ouvidor	DAS-5	Coordenador de controle de atos de pessoal	DAS-5
Inspetor Regional	DAS-4	Assessor Jurídico - AJU	DAS-4
Inspetor Regional	DAS-4	Coordenador Adjunto – CAM (1)	DAS-4
Inspetor Regional	DAS-4	Diretor Adjunto da Escola de Contas	DAS-4
Inspetor Regional	DAS-4	Ouvidor Adjunto	DAS-4
Inspetor Regional	DAS-4	Assessor Técnico - SUG	DAS-4
Inspetor Regional	DAS-4	Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas	DAS-4

(1) Cargo privativo de portadores de Diploma de Bel. Em Direito

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os Srs. Deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Convoco uma sessão extraordinária, a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta, com o objetivo de votar em 2º turno o Projeto de Lei Complementar nº 118/2014, de autoria do Tribunal de Contas dos Municípios.

Declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*